



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 10/04/2018

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, em convocação para realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) no período das catorze às dezoito horas, no auditório do Centro Administrativo São Sebastião/CASS, rua Afonso Cavalcanti, 455, bloco 1 – subsolo, reuniram-se pelo segmento dos usuários – conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ); conselheira Márcia Vera Vasconcellos (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSi do Município do Rio de Janeiro); conselheira suplente Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital da AP 2.1); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde AP 3.2); conselheiro suplente Manoel João Santana (Conselho Distrital de Saúde AP 3.2); conselheiro suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde AP 3.3); conselheiro Adelton Gunzburger (Conselho Distrital da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde AP 5.2) e conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde – conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO); conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços – conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Lúcia Maria Lafayette Rodrigues Pereira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente ao Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e conselheira Edna Corrêa Moreira (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO). A reunião ordinária iniciou-se em segunda e última convocação às 14 horas e 30 minutos com quórum adequado de acordo com o Regimento. O **Secretário Executivo David Lima** cumprimentou a todos e compôs a Mesa de coordenação dos trabalhos da seguinte forma: Presidência do Conselho, conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes para coordenar os trabalhos. Comissão Executiva: Usuários, conselheira Márcia Vera Vasconcellos e conselheiro Ludugério Antônio da Silva. Profissional, conselheira Sheila Aguiar Marino, substituindo o conselheiro Alexandre

Oliveira Telles. Gestor/prestador, conselheiro Jaciano Gomes Santiago, inclusive representando o Secretário Municipal de Saúde na reunião e com a função de fazer a leitura da pauta. Prosseguindo, passou a direção dos trabalhos para a **Presidenta Fátima Lopes** que cumprimentou e deu as boas vindas aos presentes e, seguindo a ordem do dia passou a leitura da pauta para o **conselheiro Jaciano Santiago** que cumprimentou a todos e fez a leitura da pauta: 1) Distribuição da ata de 20/02/2018; 2) Apreciação e Deliberação do Relatório Anual de Gestão 2017 – RAG 2017 – **1h e 30 minutos**; 3) Moção de desagravo ao Sr. Reynaldo Ferreira, presidentes CDS e representantes que estiveram presentes à visita no Galpão de Medicamentos da SMS/RJ – **20 minutos**; 4) Indagações à SMS/RJ sobre a utilização de geradores em Clínicas da Família, falta de medicamentos, demissões, falta de recursos humanos e gestão dos hospitais municipais – **30 minutos**; 5) Comissão de Educação Permanente, 5.1 – “Projeto seja bem-vindo” - **30 minutos**; 6) Comissões do Conselho Municipal de Saúde – **10 minutos**; 7) Informes da gestão da SMS - **5 minutos**; 8) Informes da Secretaria Executiva - **5 minutos** e 9) Informes do Colegiado – **20 minutos**. A seguir, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, com palavra, disse que o item 4 da pauta tinha sido uma proposta da AP 5.3 que acabou por ficar meio capenga pela falta de indagação sobre a assistência ao usuário porque quando se fala em falta de medicamentos, demissões e falta de recursos humanos e gestão nos hospitais municipais, a assistência ao usuário fica afetada, prejudicada. Por esse motivo, o conselheiro pediu que fosse incluída nas “indagações à SMS/RJ”, o dano que as faltas acima mencionadas causavam à assistência ao usuário. A **Presidenta Fátima Lopes**, após ter dito que o **Secretário Executivo David Lima** havia anotado a solicitação, pôs em votação a aprovação da pauta com a mencionada inclusão e anunciou que foi aprovada por maioria simples dos presentes. A seguir o **conselheiro Jaciano Santiago** passou ao item 2 da pauta: Apreciação e Deliberação do Relatório Anual de Gestão 2017 – RAG 2017. A **Dra. Dayse**, com a palavra, cumprimentou a todos e disse que estava presente para cumprir mais uma etapa do planejamento de prestação de contas com a apresentação do Relatório Anual de Gestão do ano passado (2017). Acrescentou que no dia vinte e nove de março o enviou para o Conselho Municipal de Saúde, via SARGSUS, que é o sistema oficial para onde tem que ser enviado esse Relatório e que, naquele dia, faria a exposição dele para todos. Lembrou que esse Relatório já foi apresentado anteriormente em uma reunião com a Comissão de Orçamento e Finanças. Disse que existe uma via impressa e mais extensa do Relatório Anual de Gestão mas que fará um resumo das principais condições que são importantes para serem avaliadas e, o que mostraria seriam os resultados da gestão do ano de 2017. Com essa introdução, deu início a apresentação do RAG. Ao término da apresentação informou ao Pleno que fez um resumo do Relatório e que tiraria qualquer dúvida sobre algum tópico que não tenha sido mencionado e que estivesse contido no Relatório. Agradeceu e foi aplaudida. A seguir, a **Presidenta Fátima Lopes** disse quem tivesse dúvidas a respeito do RAG deveria levá-las à **conselheira Sheila Aguiar Marino** para que as anotasse. Disse, ainda, que em seguida a Comissão de Orçamento iria dar o seu Parecer. O **conselheiro Adelson Gunzburger**, representante da AP 4 e membro da Comissão de Orçamento e Finanças disse que todos os presentes sabiam que, naquele dia, estavam fechando um ciclo e desde que o RAG foi criado pelo SUS, o Conselho Municipal de Saúde sempre teve que se manifestar a favor ou contra ou aprovando-o de uma forma não geral. Acrescentou que não era novidade o fato de o Conselho Municipal de Saúde estar diretamente envolvido nas informações que a Secretaria Municipal de Saúde coloca; que o RAG é do SUS e anualmente abre e que são obrigados a colocar de acordo com o Relatório. Disse que era importante esclarecer que esse Relatório é único para cinco mil, trezentos e tantos municípios; que tanto fazia ser um município, como é caso do Rio de Janeiro, com mais de seis milhões de habitantes ou como

ser o de Seropédica com até oitenta mil habitantes e que isso significa que todos se enquadram no mesmo RAG. Informou que no ano passado ou retrasado, o SUS mudou a formatação do RAG e com isso houve certa dificuldade de entender como completá-lo. Depois, tanto o Conselho Municipal de Saúde quanto os técnicos da Secretaria foram se adaptando à nova formatação e vendo a melhor forma de responder à obrigação colocada pelo SUS. Falou que na semana anterior àquela plenária tiveram uma reunião com a Dra. Dayse e que, após, o Conselho Municipal se reunir, desenvolveu uma análise, discutiram e elaboraram um Parecer. Informou que o Conselho Municipal de Saúde fecha o RAG e se não o fizerem fica em aberto e, se ficar em aberto fecha o Sistema e cai em cima do Conselho e da Secretaria todos os problemas decorrentes do não atendimento a um requisito do Ministério da Saúde. Em seguida, o **conselheiro Adelson Gunzburger** passou a fazer a leitura do Parecer dado pela Comissão de Orçamento e Finanças do Relatório Anual de Gestão 2017, RAG 2017 de 10 de abril de 2018, fazendo comentários a respeito do Parecer dado: “A Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho Municipal de Saúde ao analisar o Relatório Anual de Gestão 2017, tece as seguintes considerações: **1) Os números indicadores apresentados representam as ações empreendidas ou não no respectivo ano.** Nesse ponto, o conselheiro comentou que todos devem ter reparado que, pela primeira vez, quem expôs o Relatório por parte da Secretaria Municipal de Saúde, mostrou que muito dos indicadores que foram pactuados no Sispacto não foram alcançados. Recomeçou a leitura do Parecer: **2) Muitas das Metas Pactuadas e não alcançadas foram reflexo da situação da Prefeitura como um todo e em tempo de contingenciamento abrangendo esses contingenciamentos, recursos assegurados definidos na PAS 2017.** O conselheiro comentou que, independentemente do PPA, anualmente é elaborado um plano para a saúde. Todo ano há a elaboração de um pacto que é aprovado pelo Conselho e, como a Dra. Dayse colocou, houve uma situação de arrecadação abaixo do previsto, houve um contingenciamento e a saúde também não ficou de fora. Evidentemente o pacto é feito a partir de determinados valores e determinadas ações e se acontece de os recursos necessários a essas ações serem cortados ou remanejados para outra área é claro que influenciará diretamente no desempenho do que foi pactuado. Recomeçou a leitura do Parecer: **Assim, após a análise e avaliação dos indicadores e, ainda, da influência de contingenciamentos de recursos à SMS-Rio, levando a não execução de ações previstas em 2017, a Comissão de Orçamento e Finanças decidiu aprovar o RAG 2017, sem objeções.** O conselheiro comentou que nas análises realizadas foram feitas diversas considerações e concluíram que não havia solução, que era aquilo mesmo. Prosseguiu na leitura: A Comissão de Orçamento e Finanças com a finalidade de possibilitar melhorias em relação ao conjunto de informações que devem ser analisadas, irá propor à SMS-Rio possíveis alterações e ampliações dessas informações para os próximos Relatórios, e, ao mesmo tempo, propor à Comissão Executiva do CMS/RJ a efetiva interação com os Conselhos Distritais de Saúde. Assim sendo, esta Comissão encaminha o presente Relatório Anual de Gestão de 2017 ao Colegiado com a indicação de aprovação. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2018. Adelson Gunzburger, Jaciano Gomes Santiago, Júlia Daniela de Castro e Maria Angélica de Souza. Todos membros da Comissão de Orçamento e Finanças”. Após a leitura, o **conselheiro Adelson Gunzburger** disse que estava muito à vontade para dizer que, por diversas vezes no Conselho, havia dito que na realidade, o Conselho Municipal de Saúde assim como os Conselhos Distritais de Saúde não cumprem os papéis a eles destinados ao contrário cumprem alguns mas não cumprem na totalidade como deveria ser. Acrescentou que os Conselhos de Saúde são os Órgãos de controle do próprio SUS. Por isso, se os conselheiros, como representantes diretos do SUS, com obrigações referentes ao controle social não exercerem no Pleno o seu papel, fica claro que o próprio SUS será prejudicado.

E ao prejudicar o SUS prejudicam todos os usuários do SUS. Disse, ainda, que estavam preparando um Relatório para que o Conselho Municipal de Saúde o encaminhe à Secretaria de maneira que o Conselho Municipal e os Conselhos Distritais possam, efetivamente, exercer com mais eficiência e eficácia o que a eles é destinado por força de toda uma legislação. E foi aplaudido no final. Dando prosseguimento, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que antes de passarem aos questionamentos da apresentação do Relatório Anual de Gestão, achava que havia algumas considerações na qual o **conselheiro Adelton Gunzburger** tinha colocado que mereciam questionamentos e que, após, passariam às observações referentes ao Relatório de Gestão. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, com a palavra, disse que o nome de um membro da Comissão de Orçamento e Finanças não foi citado; que gostaria como membro dessa Comissão de Orçamento e Finanças que fosse apontado que ele (o conselheiro Geraldo) não participou da reunião, quando aprovaram o Relatório, o que aprovaram e quais membros estavam presentes e aprovaram o Parecer. Na seqüência, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** falou que uma coisa é a apresentação da gestão, a outra coisa é o Relatório. Que a Comissão de Orçamento e Finanças sugere a aprovação do Relatório mas que o **conselheiro Adelton Gunzburger** fez algumas colocações a respeito do Relatório que precisavam ser discutidas antes de os conselheiros o aprovarem ou não. Houve um momento de tumulto, em que várias pessoas falavam ao mesmo tempo. Em seguida, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 e membro da Comissão de Orçamento e Finanças do CMS/RJ disse que compareceu às reuniões que fora convocado pela Comissão para apreciação do RAG 2017 e que depois se absteve de participar pela forma como foi conduzida a apreciação quando se falou na questão do contingenciamento de verba porque não foi esclarecido para a Comissão de Orçamento e Finanças o motivo desse contingenciamento. Falou que entendiam que, no ano de 2017 quando a crise chegou havia dinheiro mas não tinham como pegar o dinheiro e que, por isso, atravessaram e continuam atravessando um período com falta de medicamentos, com Unidades dispensando seus profissionais e com falta de serviços e tudo isso afetou e afeta diretamente a questão da assistência. A Secretaria, em momento algum, esclareceu à Comissão de Orçamento e Finanças à que veio o contingenciamento e o porquê dele. Apenas, deu acesso a números e lançamentos que os técnicos usaram para elaborar o RAG. Ficou a dúvida se havia dinheiro, se havia verba e não foi usada e esse fato refletiu no Relatório final do RAG porque a Comissão de Orçamento e Finanças não teve essas respostas, esses esclarecimentos? Concluiu dizendo que se ausentou da reunião por não ter tido esses esclarecimentos e que, para ele, o Parecer final do RAG não diz a realidade de quem votou a favor, quem votou contra e até porque ele, como membro da Comissão não foi citado. Após, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** falou que o **conselheiro Adelton Gunzburger** havia feito uma observação muito séria quando disse que o Conselho Municipal de Saúde era o controle social e por ser o controle social todas essas questões têm que passar pelo Conselho Municipal. Essa colocação contradiz e depõe feio na questão da aprovação desse Relatório quando se refere ao contingenciamento de verba que era da saúde e foi retirada dela para outras secretarias. Questionou ao **conselheiro Adelton Gunzburger** como se aprova um Relatório, tirando verbas alocadas à saúde desde o início do Plano e, de repente, retiradas dela para colocar em outra secretaria qualquer. Por fim, disse que não estavam presentes para simplesmente aprovar o Relatório; que a Comissão, após ter dado o seu Parecer, deveria justificá-lo; que isso é fundamental para que todos possam discutir e entender de que forma foi elaborado, se há votação da Comissão para a aprovação ou não ou se isso é levado a toque de caixa. Disse que tem interesse em saber das respostas a essas questões porque, simplesmente, levantar o braço e aprovar pode trazer aborrecimentos e uma

série de questões que as pessoas às vezes não aceitam; que não é apenas uma questão de honestidade, há uma questão política envolvendo toda a Secretaria. O **conselheiro Adelson Gunzburger** respondendo, disse que estavam falando de um ciclo que terminou, ou seja, o PPA de 2013; que ficava claro que tanto para a Comissão ou para o próprio Conselho Municipal havia dificuldades em se examinar o RAG porque o RAG é composto de informações coletadas em diversos outros instrumentos como a LOA, o PPA, a PAS e, ainda, pelo que existe em outros sistemas no próprio SARGSUS. Na realidade, se lhe perguntassem se a Comissão detalhou em profundidade os números apontados no RAG, ele diria que não e que nem teria condições de fazê-lo porque teria que voltar a 2013; que a formatação do RAG do SUS não é como se apresentam as informações da LOA, do PPA, da PAS; elas se apresentam de formas diferenciadas, se apresentam através de indicadores, inclusive pactuados. Disse que a única maneira de se dar uma solução melhor à colocação do **conselheiro Marinaldo Silva Santos** é que desde o início da formação do PPA, todos os Conselhos devem se envolver nessa criação, nessa elaboração; que é isso que manda a legislação, planejamento de baixo para cima é das Coordenações de Saúde para cima; coisa que, na realidade, durante esses anos todos que esteve no Conselho Municipal de Saúde, nunca aconteceu. E, ainda, que ele se torna repetitivo porque já falou tudo isso por diversas vezes nas reuniões do Conselho e que a Comissão de Orçamento e Finanças, conforme registrado no Parecer da Comissão fará um Relatório propondo exatamente que se passe a cumprir aquilo que determina a Legislação. Finalizou dizendo que estavam fechando um ciclo e que irão abrir outro ciclo de outra forma, ou seja, com a efetiva participação e atuação do controle social que é representado na saúde pelo Conselho Municipal de Saúde e pelos dez Conselhos Distritais de Saúde. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu e, depois, o **Secretário Executivo David Lima** com a palavra, disse que, às vezes, o Conselho cai num velho equívoco quando da análise do RAG. Que uma coisa é a análise do Relatório e o que estava sendo analisado era o Relatório; se o que consta nele é a verdade, portanto não estavam analisando a gestão. Prosseguindo, disse que estava muito preocupado com o Relatório, porque 2017 tinha sido um ano para ser esquecido, um ano péssimo para se trabalhar e como a própria Dayse havia colocado, um ano com contingenciamentos, com verbas que não vieram e uma série de outros problemas. Disse que analisou o Relatório mais profundamente e ficou muito grato porque trouxe a verdade. O Relatório diz que, com relação à mortalidade infantil, a meta além de não ter sido cumprida ficou bem longe do objetivo. Observou que não cumpriu, não foi nem por falta de dinheiro e que têm que ver o por que. O Relatório indica exatamente como as coisas aconteceram. Portanto, o Relatório está correto. Quando for lançado no Sistema constará que o Município do Rio de Janeiro, em muitos itens no ano de 2017, na atual gestão, não cumpriu o que pactuou porque é isso que o Relatório disse. Falou que se olharmos bem os indicadores veremos que são indicadores para se ter vergonha, indicadores para qualquer tipo de gestão ter vergonha porque não conseguimos cumprir aquilo que pactuou de início. Informou que gostou e achou interessante o que a Comissão de Orçamento e Finanças quer fazer para tentar uma forma mais tranquila para os futuros Relatórios. A Comissão quer ter uma participação maior, acompanhar mais de perto, não quer só receber o Relatório e partir daí ver o que aconteceu e o que não aconteceu. E se ela está com disposição para fazer isso, todos têm que bater palmas. Sobre as críticas que o **conselheiro Adelson Gunzburger** fez, disse que o conselheiro sempre as fez nesse tipo de Relatório e não é novidade o que disse, porque se trata de um Relatório que iguala todos os municípios da mesma forma. Compara um município pequeno com um número de unidades de saúde bem menores que o nosso tendo uma população bem menor e que vem fazendo o mesmo tipo de Relatório, o que significa dizer que é um Relatório que, na verdade, não dá para se apurar as coisas como gostariam

que fossem apuradas. Por isso, achava que o **conselheiro Adelton Gunzburger** tinha razão quando fazia essa crítica e que o Ministério de Saúde deveria ter diversos tipos de Relatórios para os municípios de acordo com o seu tamanho, com o número de unidades de saúde e etc. Parabenizou os técnicos da Secretaria que foram fidedignos com o que ocorreu, salvo uma coisinha ou outra que a Comissão irá apontar para a Secretaria e que deverá ser modificada para retratar a realidade como, por exemplo, o índice da legislação dos Conselhos que consta no Relatório como atendido cem por cento e pelos cálculos do Secretário Executivo foi atendido em sessenta e cinco por cento, apenas. Por fim, recomendou a aprovação do Relatório por estar corretíssimo. A seguir, o **conselheiro Jaciano Santiago** cumprimentou a todos e ratificou o que o **Secretário Executivo David Lima** havia falado: que se tratava da avaliação do Relatório apresentado que expressava, realmente, a realidade vivenciada pela Secretaria Municipal de Saúde. Que ficava claro que o contingenciamento dos recursos foi o principal fator para que não se atingissem as metas. Com relação ao questionamento do **conselheiro Marinaldo Silva** sobre o destino do recurso que saiu da Secretaria, disse que a Comissão não tinha essa informação; que só sabiam do contingenciamento; que os motivos que levaram ao contingenciamento eram questão para o Gabinete do Prefeito; que não tinham documento que mostrasse a realocação dos recursos e que o contingenciamento ocorreu na faixa de R\$ 730.000.000,00 (setecentos e trinta milhões de reais). Acrescentou que alguns indicadores não estão mais previstos na próxima Programação Anual de Saúde (PAS) porque são difíceis de mensurar, como, por exemplo, o das gestantes que são atendidas na rede privada e que impactam os indicadores gerais do município. Assim sendo, a Comissão, por estar mais inserida na verificação das análises e discussão dos indicadores, fará proposições à Secretaria para os próximos Relatórios. Justificou, ainda, o Parecer favorável da Comissão ao Relatório dizendo que o relatório é, exatamente, o reflexo das coisas que viveram na Secretaria Municipal de Saúde naquele período. Com relação à ausência do **conselheiro Geraldo Batista**, que faz parte da Comissão, disse que ele não foi citado no Parecer porque justificou a sua ausência mas que poderia até ser colocado como ausente; que o fato do conselheiro ter justificado a ausência não significava que ele não tivesse aprovado o Parecer até porque não viu como foi elaborado. O Parecer não teve a desaprovação do conselheiro que estava ausente. Por isso, foi colocada assinatura apenas dos que estavam presentes para a aprovação do Parecer que foi aprovado por maioria simples. Prosseguindo, a **conselheira Márcia Vera Vasconcellos** da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde disse que não entendeu, não ficou claro o resultado, o motivo de não se ter atingido as metas nas questões do idoso e da saúde mental quando da apresentação do Relatório pela doutora. Questionou o fato de se fazer um orçamento sem a participação do controle social. Falou que, na hora de se cumprir o orçamento, verificam que essa participação é necessária; que, a todo o momento são cobrados; que o fechamento de unidades de saúde não aparecem no orçamento; que não têm como responder lá na ponta o motivo pelo qual a unidade de saúde está fechada. Também, declarou que não ficaram claros os indicadores apresentados sobre os jovens mortos, pois os jornais apresentam um número bem maior de mortes violentas que o resultado apresentado no Relatório, nessa direção, vendo o Relatório, perguntou como responder à população, lá na ponta, ao fato de que havia verba para se fazer um trabalho e que foi desviada e de não se saber para onde foi desviada. A seguir, a **Dra. Dayse**, com a palavra disse que tinha vindo ao Colegiado para apresentar um documento (o Relatório), os resultados da performance da saúde no ano de 2017. E, dirigindo-se a **conselheira Márcia Vera**, disse que apresentou o resumo do Relatório e que os indicadores a conselheira havia dito que faltavam, estavam no Relatório enviado ao SARGSUS e no impresso enviado aos conselheiros e que gostaria que eles (os conselheiros) o tivessem lido

na íntegra. Que o Relatório original, que é enorme, menciona a saúde do idoso e a atenção psicossocial e informa os índices alcançados e os não alcançados. Disse, ainda, que no dia da reunião da Comissão de Orçamento e Finanças se propôs a lê-los e explicá-los um por um, pois essa era a função dela; que trabalhava no Planejamento e que o Relatório é uma das coisas que se faz lá. Por isso, se dispunha a explicar sobre qualquer um dos indicadores, embora, às vezes precise de auxílio técnico daquela área. Acrescentou que, agora em maio, deverá apresentar justificativas para o fato de não se ter atingido as metas pactuadas no Sispacto 2017 e que para isso solicitou de todas as áreas técnicas o motivo para o fato. Informou que propôs ao **Secretário Executivo David Lima** e a **conselheira Maria José Peixoto** que a Comissão de Orçamento e Finanças se reúna com mais frequência a fim de discutirem abertamente para melhor entenderem o que falavam independentemente da aprovação do Relatório. Disse que, ela também, teve de estudar para aprender mais amiúde o que são os instrumentos de planejamento, os seus detalhes, a importância de se escrever uma vírgula aqui, ali, um ponto ou um número e que são essas as nuances que todos precisam entender. Falou que é importante se apropriar dos instrumentos de planejamento que têm para que depois não fiquem só colocando defeito. Admitiu que existe falhas de ambos os lados e, por isso, precisam discutir mais objetivando melhorar a qualidade do planejamento. Com relação à parte do orçamento, disse que não falou que o orçamento foi colocado aqui ou acolá e, sim, que o orçamento planejado para saúde em 2017 foi um e o que tiveram para utilizar foi outro. Que a essa diferença, chamam de contingenciamento ou de bloqueio. Enfim, trata-se de um dinheiro que não veio e que uma das explicações para isso foi a baixa arrecadação que o município teve 13% (treze por cento) a menos do que precisavam para executar o que foi planejado. Que não tinha sido porque o dinheiro da saúde foi colocado em outro lugar. Comparou essa situação a um planejamento doméstico: quando não se tem dinheiro para fazer alguma coisa em casa, diminuem-se os gastos. O mesmo acontece com o serviço público. Foi isso que aconteceu. Por isso, deixaram de fazer coisas. Achava que essa diferença não tinha sido remanejada para outra Pasta, mas que só a Secretaria de Fazenda poderia elucidar essa questão porque assunto “orçamento público” é muito complicado. Assim sendo, achava que tinham que ter reuniões periódicas na Secretaria de Fazenda para aprenderem e entenderem de orçamento público. Informou aos conselheiros que querem, mesmo, entender de orçamento público que os sites da Prefeitura são excelentes para explicá-lo e que o caminho é PCRJ (página da prefeitura), Órgãos Municipais, Controladoria, Secretaria de Fazenda. Concluiu dizendo que a área dela é a Atenção Primária, CAP, assistência e que veio para o Planejamento e que, embora o **Secretário Executivo David Lima** tenha sido muito pessimista, achava que, apesar de tudo o que passaram em 2017, não foram tão mal assim porque a despeito de não terem atingido 52% (cinquenta e dois por cento) dos indicadores, quando são analisados, percebe-se que faltou zero vírgula (muito pouco) para que a meta fosse atingida. E, se olhassem uma série histórica do que melhoraram, por exemplo: o que eram em 2013 e o que são em 2017 veriam que melhoraram muito. Em seguida, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** falou que estavam encerrando um ciclo; que participou de Conferências e reuniões no Conselho Municipal de Saúde e que, se fosse contar as idas e vindas daria para ir a Nova York e voltar, pois mora em Santa Cruz e de Santa Cruz para o Conselho Municipal de Saúde são sessenta quilômetros e mais sessenta para voltar; que foram a dez Conferências: nacional, estadual e que, com o fechamento daquele ciclo, como representante da sociedade civil, percebeu que de tudo o que havia sido pactuado, poucas coisas foram realizadas. Mencionou a CTA e disse que naquele dia havia estado na Câmara de Vereadores com a Comissão de Finanças e o que colocava era justamente a frustração que sentia por terem conseguido tanta coisa e hoje estavam perdendo. Era essa a preocupação deles. Disse que viviam em um

deserto sanitário, lutaram e conseguiram conquistar muitas coisas. Tantas que, certa vez, falou que conseguiram conquistar mais do que pretendiam, pois tinham três clínicas no território, as três tinham raio X e não havia necessidade de haver três Clínicas com raio X a menos de cem metros, que bastava uma. Agora, não tinham nenhuma. Acrescentou que o Hospital Municipal Pedro II que era referência em ortopedia e queimados está praticamente largado e que não estavam conseguindo manter nem 50% (cinquenta por cento) daquilo que conquistaram; que chegaram a ter 90% (noventa por cento) de cobertura na Atenção Básica e hoje não têm nem 40% (quarenta por cento) porque existe uma Unidade na AP 5.3 com 7 equipes e 3 médicos. Que a UPA João XXIII, que foi referência no Rio de Janeiro e considerada uma das melhores UPA's do país, os indicadores dela o provam, hoje, a gerente da Unidade é obrigada a sair com a enfermeira na ambulância com o paciente regulado porque não tem funcionário para tal. Com isso, fica um médico e um funcionário trabalhando numa UPA que atendia entre 2000 e 3000 pessoas. Perguntou por que estão perdendo esses serviços. E ele mesmo respondeu que foi porque a gestão não conversou com o Conselho Distrital antes. Por isso, não teve como visualizar que isso aconteceria mas que eles (os conselheiros) sabiam que tudo isso iria acontecer. Sobre os dados do RAG apresentados, disse que, para eles, aqueles dados não eram a realidade da saúde porque quem vivencia o que estava acontecendo na saúde e sentia na pele eram eles e que os técnicos não eram culpados, pois trabalhavam com dados que eram lançados no Sistema. Que a região de Santa Cruz foi a que mais teve unidades fechadas e a que recebeu mais novos moradores e nada disso foi planejado ou esperado e, por isso, não concordavam com os dados apresentados. Sobre a migração de pessoas para aquela área deu o seguinte exemplo: uma pessoa que fazia tratamento de tuberculose em Jacarepaguá e ganhou um apartamento do “Programa Minha Casa Minha Vida”, mudou-se para Santa Cruz. Essa pessoa, como todas as outras na mesma situação, chegou àquela região e não foi captada, não tinha como chegar lá, não conhecia o Lincoln de Freitas, não conhecia o território mas os dados apresentados no RAG dizem que houve aumento no número de tuberculosos em Santa Cruz, porém não justificaram o aumento do número de tuberculosos e nem falam no por que dessa migração de pessoas para dentro daquele território. Questionou o índice de mortalidade infantil. Falou do aumento do número das meninas e dos usuários de crack que foram recolhidos e levados para aquele território; que têm lá um Abrigo enorme. E que tudo isso impactou as Unidades de Saúde daquela região. A Unidade de Saúde Jamil Haddad foi inaugurada para atender 17.000 (dezessete mil) famílias, mas, como está em um território de fronteira, atende Nova Iguaçu e Seropédica. Disse que houve, também, a crise nos municípios e que os dados apresentados falam somente das 17.000 (dezessete mil) famílias que moram lá e que tiveram assistência. Por isso, eles condenavam todos os dados apresentados pela forma como chegaram. Concluiu perguntando o que esse plano está propondo para o futuro e entendem que a próxima gestão terá que recuperar tudo o que foi perdido no passado porque se assim não for, na próxima apresentação do RAG será discutido tudo o que estava sendo discutido naquele momento. Logo depois, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** com a palavra, disse que o Sérgio Arouca dizia que a Doença de Chagas não era um problema de Saúde Pública mas fundamentalmente de Políticas Públicas de Habitação e que, quando houvesse Políticas Públicas de habitação, a Doença de Chagas estaria resolvida. Falou que concordava com a Dra. Dayse quando colocou que algumas questões relativas à saúde são oriundas da baixa escolaridade da população carioca. Disse que educação é uma política pública e que o responsável pela política pública no Município do Rio de Janeiro é a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; que quando a educação não chega ao povo, alguma coisa está errada. Perguntou que tipo de educação era essa que está sendo dada, se as crianças e jovens não atingem a

escolaridade desejada. Declarou que era da Secretaria de Educação e sabia o quanto essa política de educação é ruim para a garotada e falava isso com muita tranquilidade. Quanto ao fato de não se ter atingido a meta na Saúde Mental disse que isso é real, que não foi atingida mesmo; que no item “Fortalecer a rede de Saúde Mental com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas” o percentual da meta era de 69% e a taxa de cobertura de CAPS (CAPS II, CAPS III, CAPSad, CAPS III ad e CAPSi) chegou apenas a 56% (cinquenta e seis por cento). Afirmou que era muito fácil compreender o porquê de não se ter atingido a meta de 69%, tendo em vista a diminuição de recursos humanos, deixando a rede que ficou desprovida de técnicos para atender a população e também não se ter construído mais equipamentos para dar vazão à demanda de atendimentos na Saúde Mental. Contou que no Plano Plurianual tinham colocado uma emenda para que se fizesse 8 CAPSad na Cidade do Rio de Janeiro nos quatro anos que não foram feitos; que foi feito 1 CAPSad e um outro transformado para CAPSad 3. Disse que sabia o que foi mostrado e retratou a realidade mas que era necessário fazer críticas porque não era possível fazer uma programação, um planejamento que foi feito numa sessão muito discutida, ainda na gestão do Secretário de Saúde Hans Dhomann e depois fugir completamente do que foi pactuado. Acrescentou que estão com mais dificuldades, agora, nos CAPS, nos CAPSad por conta das demissões que estão ocorrendo nas residências terapêuticas; que os profissionais que pararam por causa da greve estão sendo demitidos por vingança. Concluiu afirmando que sabem que o motivo de não terem atingido a meta foi a não construção de novos equipamentos, a redução de recursos humanos e uma opção completamente equivocada do que seja políticas públicas, pois eles fazem políticas públicas privatizando; que no Município do Rio de Janeiro não se ouve falar em concurso público, principalmente nessa Administração e, enquanto os equipamentos de saúde não estiverem sendo administrados por efetivos da Prefeitura sempre haverá essa dificuldade porque a rotatividade de mão de obra é muito grande. Em seguida, a **Presidenta Fátima Lopes** disse que não estava induzindo ninguém, porém no entender dela, não havia motivos para que o Relatório de 2017 não fosse aprovado; apenas solicitava que, em 2018, as metas que não foram cumpridas fossem repactuadas com o índice no mínimo igual ao não atingido e que algumas metas não foram atingidas por problemas financeiros e outras por problemas com a mão de obra. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse que agora em maio, têm que fornecer ao Estado a repactuação daqueles indicadores que havia mostrado no item 23 do Sispacto; que quanto às metas não cumpridas, primeiramente têm que justificar e depois repactuar no mínimo com o mesmo índice. A título de esclarecimento, o **Secretario Executivo David Lima** disse que depois de o Relatório ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, ele irá para o Sistema com todas as metas pactuadas que não foram atingidas e com o Parecer do Conselho Municipal de Saúde. Após, a Secretaria será obrigada a justificar, no Sistema, o não cumprimento de cada meta. Ressaltou que deviam ficar atentos a Programação Anual de Saúde (PAS), acompanhando-o e vendo se tudo o que nele está pactuado está sendo realizado porque é dele, do PAS, que analisarão o RAG. A seguir, a **Presidenta Fátima Lopes** colocou em votação a aprovação do Relatório Anual de Gestão 2017 e verificou-se que o mesmo foi aprovado por maioria simples dos presentes. Dando prosseguimento, passaram para o ponto 3 da pauta: “Moção de desagravo ao Sr. Reynaldo Ferreira, presidentes CDS e representantes que estiveram presentes à visita no Galpão de Medicamentos da SMS/RJ”. O **Secretario Executivo David Lima** com a palavra esclareceu que “moção de desagravo” é uma reparação de ofensa ou dano moral por meio de uma retratação ou reparação civil. Disse que houve um problema que foi trazido para a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde e esta decidiu pela moção de desagravo; que o Sr. Reynaldo mandou um e-mail solicitando que alguma providência fosse tomada e

que, do mesmo modo, os presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde que estavam presentes no evento também fizeram o mesmo tipo de queixa e constatação. Deixou claro que a Moção é da Comissão Executiva dirigida ao Colegiado para que a aprove ou não. A seguir fez a leitura da Moção de Desagravo: “O Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro vem a público desagravar o servidor administrativo do Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0, **senhor Reynaldo Ferreira**; a presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0, **senhora Mariléa Lucio Ormond**; a presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1 e presidente do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, **senhora Maria de Fátima Gustavo Lopes**; o presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2, **senhor Manoel João de Santana**; a presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3, **senhora Margarida Maria Azambuja Frouf**; o presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1, **senhor Ludugério Antonio da Silva**; e, o conselheiro do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2, **senhor Cláudio de Moraes Carvalho**, em razão do lamentável episódio ocorrido, envolvendo a presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2, **senhora Maria Alice Gunzburger Costa Lima**. O fato refere-se à forma incisiva e deselegante com que a senhora Maria Alice Gunzburger Costa Lima agiu com o senhor Reynaldo Ferreira, atingindo diretamente e pessoalmente sua imagem, do Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0 e, indiretamente, dos demais acima citados. O fato ocorreu nas instalações da Central de Medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, em local onde também circulavam funcionários e prestadores de serviço da SMS. A senhora em questão utilizou-se do momento e da presença dos demais presidentes, já citados, para disparar, tornando pública sua preocupação com o que supõe vem acontecendo no CDS da AP 4.0 com relação a ilegalidades com que vem ocorrendo certas poses, sem a precedência de eleição naquele conselho distrital. O problema não se prende e nem pretendemos censurar qualquer tipo de pensamento exposto por quem quer que seja. O que não podemos tolerar e nem, mais diretamente, a Lei nº 5.104/2009 em seu art. 36 admite, são os efeitos que podem causar tais suposições, como esta, de agredir a dignidade e corroborar com o desrespeito a moral; isto, a qualquer pessoa. No presente caso, se viu diretamente atingido pelas insinuações o senhor Reynaldo e indiretamente os demais, já citados, e arrolados como desagravados. Mas, poderíamos, também, incluir neste rol todos os membros deste Conselho Municipal de Saúde, haja vista a responsabilidade por parte deste em manter a ordem e o respeito a toda imposição legal a que está sujeita a organização dos conselhos municipal e distritais de saúde. A Comissão Executiva deste CMS/RJ ao tomar conhecimento dos fatos narrados discutiu profundamente e, amparada na alusão propiciada pelo art. 36, da Lei nº 5.104/2009, decidiu propor a este Colegiado, Órgão máximo de deliberação do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, esta moção de desagravo, tendo em vista, o fato de não serem verdadeiras tais insinuações e a forma como foi grosseiramente exposta, o momento e o local onde se deram. Pede e espera deferimento. Rio de Janeiro, 10 de Abril de 2018. Assina Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Após a leitura, o **conselheiro Adelton Gunzburger** falou que não entraria no mérito da moção mas desejava que esse tipo de ação da Comissão Executiva permanecesse porque já ocorreram casos muito piores e nada foi feito pela Executiva; que para casos iguais ou de outras naturezas seja, efetivamente, feito alguma coisa ou colocados no Conselho de Ética. Em seguida, o **conselheiro suplente Azaury Monteiro de Alencastro Graça Júnior** disse que era, por enquanto, presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 4; que pediu uma licença; que está afastado temporariamente até a posse do substituto dele porque assumiu o cargo de superintendente regional da AP 4.2 – Barra da Tijuca. Explicou que a Lei 5.104, no caso dele, não prevê a necessidade de afastamento. Porém, achou viável fazê-lo porque não tinha como continuar no cargo de Presidente do

Conselho Distrital fiscalizando a Prefeitura e ser da Prefeitura como Superintendente Regional da AP 4.2. Falou que o senhor Reynaldo é secretário no Conselho da AP 4.0 e substituto dele na Associação e que, após acertarem a documentação da Associação, ele (o senhor Reynaldo) irá assumir como conselheiro. Informou no dia em que aconteceu o fato que gerou a moção, tentou ligar para a **Presidente Maria Alice Gunzburger** e ela não o atendeu, mandou mensagem para ela e não respondeu. Então, ligou para a **senhora Fátima Lopes** que na hora estava ao lado dela e ela começou a gritar e foi extremamente agressiva com ele (o Azaury). Ratificou que o **conselheiro Adelton Gunzburger** havia falado, que essa era uma atitude que o Conselho Municipal deveria sempre adotar ou colocar no Conselho de Ética e que como presidente, de certa forma, também tinha sido agredido por aquela senhora. Por isso, tomou as dores do senhor Reynaldo que é secretário no Conselho Distrital da AP 4.0 e que irá assumir como Presidente. Por fim, pediu aos conselheiros que aprovassem a moção para que fatos como aquele não ocorram mais, pois sempre tiveram um Colegiado de presidentes muito bom. Não obstante as divergências, sempre se reuniram de forma pacífica e sem agressões e achava que deviam manter esse tipo atitude com o objetivo de fazerem uma saúde verdadeira no Rio de Janeiro. A seguir, o **Secretario Executivo David Lima** disse que fazia das palavras do **conselheiro Adelton Gunzburger** as suas palavras mas que havia de se fazer justiça a atual Comissão Executiva por ter se posicionado diante do fato. Que, embora tenha começado o seu mandato, agora, em janeiro, essa Comissão fez o que as outras não fizeram lhe parecendo que esta tem vontade de fazer. Continuando, a **Presidenta Fátima Lopes** colocou em votação a aprovação da Moção de Desagravo que foi aprovada por maioria simples dos presentes. Depois, com a palavra o **conselheiro suplente Manoel João Santana da AP 3.2** dizendo que só tomou conhecimento da reclamação dos envolvidos, hoje, após a leitura da moção de desagravo. Disse ainda que a respeito dessa situação, que gosta de ser bem claro em suas ações e que parabeniza a atitude da Comissão Executiva desse Conselho Municipal. Por fim, a aprovação do documento com a citação dos envolvidos; que gostaria de dizer que temos que aprovar sim esse tipo moção e que isso fique bem claro. O **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** passou para o quarto item da pauta: Indagações a SMS/RJ sobre a utilização de geradores em Clínicas da Família, falta de medicamentos, demissões, falta de recursos humanos e gestão dos hospitais municipais que refletem diretamente na assistência. Pediu a todos os presidentes de CDS ou conselheiros, dada a complexidade do número de questões e das respostas, que formalizassem as questões ao Conselho Municipal para que as mesmas pudessem ser respondidas, de prontidão, uma a uma por ofício conforme conversa havida com o Secretário de Saúde. O **Secretário Executivo David Lima** disse que achava importante colocar que poderia ser feito da forma como o **conselheiro Jaciano Santiago** propôs ou, também, as pessoas poderiam adiantar, oralmente do que se tratava e, depois se quisessem mais alguma coisa o fariam por escrito. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** com a palavra disse que o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 e ele na qualidade de presidente são cobrados pelo Ministério Público e pelos próprios usuários da área pela falta de serviços e outras faltas existentes e as pessoas que, naquele momento, podiam e deveriam estar presentes para esclarecer o que realmente estava acontecendo fugiram do debate, se ausentaram do esclarecimento. Os conselheiros, os presidentes de Conselhos Distritais não têm cargos remunerados e não estavam presentes para defender gratificações; porém as pessoas que têm esses cargos, que são colocados neles deveriam estar presentes para dar os esclarecimentos devidos, até mesmo, com o intuito de dar um suporte na ponta. Disse que tem falado sistematicamente com o Dr. Mario Celso da Gama Lima Júnior, Subsecretário Hospitalar, Urgência e Emergência e com a Dra. Ana Beatriz Bush Araújo, Subsecretária Geral Executiva sobre as críticas contra e a favor da assistência e as

mentiras que são colocadas nessas críticas; que chega uma hora que o presidente do Conselho fica sem saber o que fazer com tanto assédio; que a todo momento o Jornal Extra, o RJ TV batem à porta do Conselho Distrital. Informou que procurou saber como a Assessoria de Comunicação (ASCOM) trabalharia a questão de uma inverdade que foi divulgada sobre o caso do gambá e do rato porque esteve presente no dia que a SUBVISA esteve no Hospital Pedro II e encontrou uma cuba e duas geladeiras que estavam queimadas mas não havia comida vencida. Disse que a Unidade estava atendendo a alimentação dos usuários e pacientes internados a tempo e, no entanto, de uma hora para a outra, divulgaram no G1 que a SUBVISA esteve na Unidade e interditou a cozinha do Pedro II. Disse ainda que falou para eles que não sabiam o que estavam fazendo e o que faziam era um crime, pois causavam um pânico lá na ponta; os pacientes que estavam internados e não sabiam disso e que as famílias os tiravam de qualquer jeito do hospital e que era isso o que via na base. Acrescentou que quando a vacinação da gripe começa, dizem que a vacina da gripe está matando os velhinhos e, por isso, os idosos não se vacinam e, tempos depois lá estão eles no Pedro II com uma gripe forte ou com uma pneumonia. E, ainda, que o Conselho Distrital é representado pelos três seguimentos: usuários, gestores e profissionais e que era uma pena que quem poderia dar a eles (ao Conselho) uma explicação e até mesmo suporte para que pudessem chegar lá na ponta e explicar para a população o porquê, não estivesse presente para fazê-lo. Ainda que não fosse o Dr. Mario Celso mas que tivesse alguém da Secretaria ou alguém da SUBHUE para explicar por que o atendimento no Hospital Municipal Pedro II havia parado; explicar por que as Unidades de Pronto Atendimento: UPA's João XXIII, Sete de Abril de Paciência, a de Sepetiba não estão regulando, não atendem mais. Disse o que vê são salários atrasados, problemas no pagamento e que o sindicato deveria estar lá dando suporte aos funcionários que estão com os pagamentos atrasados porque a Secretaria, o gestor municipal diz que os pagamentos estão em dia. Falou que naquele dia, ele tinha em sua bolsa oito exames de pessoas que aguardavam remoção de leito. Nesse momento, a Mesa solicitou ao conselheiro que concluísse a fala. O conselheiro retrucou dizendo já que eles (os representantes da Secretaria) deveriam estar presentes mas não estavam, não vieram responder aos questionamentos, eles (os conselheiros) poderiam falar tudo o que estava ocorrendo porque cercear a aflição deles e dizer conclua, faça isso ou faça aquilo é fácil. Prosseguiu dizendo que a Dra. Paula Travassos que é Subsecretária de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde poderia ver o que está acontecendo na questão da Atenção Básica e, que foi nomeada uma nova coordenadora que assumiu o serviço e sabiam que estava havendo uma retaliação porque no último dia de greve dos funcionários das Organizações Sociais (OS), houve uma manifestação e estava agendada para naquele dia uma visita do gestor municipal aos bairros de Paciência e Santa Cruz e que, por falta de sorte, um assessor do Prefeito, da Casa Civil, chegou à Unidade e encontrou uma faixa "Estamos em Greve" e fotografou-a mas que essa faixa iria ser retirada, pois a greve havia terminado naquele dia. No dia seguinte a esse fato, a gerente foi demitida sumariamente porque o gestor municipal, o prefeito, não poderia encontrar aquela faixa. Afirmou que o acontecido foi uma retaliação porque havia tido acesso ao CTA dessa gestora e, ao fim de o analisar, observou que ela atravessou a época da crise de 2017, pontuando, cumprindo o serviço, dando assistência, não deixou nenhum usuário da Unidade dela sem atendimento, nenhum exame deixou de ser lançado e que diante disso, foi uma retaliação como se agora não se pudesse mais ter direito a fazer greve. O trabalhador agora é obrigado a "manda quem pode e obedece quem tem juízo e trabalha quem precisa". Referiu-se a uma Unidade que tem sete equipes e somente três médicos e os profissionais têm que se virar nos trinta. Somou a isso, os casos de um médico da UPA de Paciência que foi agredido e de uma enfermeira da Unidade de Sepetiba que teve o dedo amputado porque um paciente mordeu-o e

o arrancou. O caos está instalado naquela área porque não se sabe como está o padrão de saúde na Zona Oeste. A UPA João XXIII que era uma referência, hoje, quando se tem um médico lá, solta-se fogos. Quanto à questão da violência em Santa Cruz, disse que os atritos são constantes entre as duas facções e quando chega ao Hospital Pedro II, o hospital pára. Têm vários pacientes regulados, mas não têm como trazê-los para cá. Não é porque não tenham o serviço é porque não têm um hospital federal, não têm um hospital estadual na rede. Têm 60 (sessenta) quilômetros pela Avenida Brasil e pedindo a Deus para que a ambulância tenha gasolina e possa trazer o paciente de modo que chegue com vida no Hospital Souza Aguiar ou em um mais próximo como o Hospital Albert Schweitzer. Perguntou se teria que pedir a explicação por escrito a Dra. Paula Travassos e para o Dr. Mario Celso que são os subsecretários. Indagou se os subsecretários não sabiam que o Hospital Pedro II não estava funcionando, que as UPA's pararam, que Unidades de Saúde estão atendendo deficitariamente. Disse que o papel do Conselho é ouvir as reclamações dos usuários e levá-las ao Ministério Público para que mande a Secretaria responder porque as pessoas querem saber o que está acontecendo. Acrescentou que o Hospital Pedro II é referência em queimados e quase que diariamente pára uma hora por falta de luz, outra hora pára porque o gerador não funciona. Todos os dias acontecem problemas na Atenção Básica de Saúde como: funcionários são agredidos, há funcionários que falam que não vai atender porque não recebem seus salários. Perguntou sobre o impacto disso e se não havia pessoas morrendo. Disse que iria pegar a sua bolsa e o seu casaco e ir embora porque não sabia o que estava fazendo ali, pois tinha ido à plenária naquele dia e ficado sem as explicações, porque quem poderia dar explicações e suporte não comparece e nem lá vai. O que se vê são pessoas se furtando de querer uma parceria com o Conselho e de querer dar explicações porque é mais fácil ficar dentro dos gabinetes e mandar o assessor do secretário, o assessor do assessor para dar aquelas explicações técnicas: A culpa é das Organizações Sociais, os funcionários estão recebendo. Perguntou aos presentes o que falar para aquela mãe que chegou com seu filho, uma criança de três anos no hospital e esperou por três horas para que o filho levasse pontos no braço. Nesse momento, foi interrompido pela **Presidenta Fátima Lopes** que pediu que ele concluísse a fala e o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** replicou que já iria concluir mas que se eles (os representantes da Secretaria) estivessem lá, naquele momento, seria mais fácil controlar o tempo porque teriam alguém para responder aos questionamentos. Prosseguindo, disse no caso da criança que ficou três horas com a perna aberta esperando levar pontos e disseram que não dariam ponto porque não tinham fio de sutura ou para aquele pai que saiu para comprar soro porque falaram para ele que não tinha soro no Pedro II (estava se referindo a caso que havia acontecido e que tinha comentado com um companheiro) e alguém que o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** não identificou disse que tinha soro. Concluiu dizendo que ficam em um dilema: não sabem de onde vem a verdade, se há alguém lá em cima trabalhando contra a gestão, se há pessoal da OS ou servidor que não queira que o serviço continue e de quem é a responsabilidade e para fazer por escrito a reclamação, ele a faria pelo 1746. Que são eleitos para serem representantes nesse Colegiado e isso os fazem mais próximos de uma Administração que se diz aberta e que cuida das pessoas e, no entanto, não aparece ninguém. E que, todas as vezes que pedem um ponto específico sobre uma questão, a primeira coisa que se faz é criar um imbróglio burocrático para desvirtuar o que querem saber. Ao final, o conselheiro foi aplaudido. A seguir, a **conselheira Maria Edileusa Braga Freires**, cumprimentou a todos e disse que ouvindo o companheiro falar (referia-se ao conselheiro Geraldo Batista de Oliveira), percebia que as coisas pareciam estar minando, os atendimentos diminuíram e a falta de profissionais que tinha na área dela não era diferente da falta mencionada pelo conselheiro. Disse que sua área era

complicada e que estavam vivendo uma situação que não gostariam de estar vivendo. Relatou que no dia anterior uma pessoa chegou para ela e disse que foi marcar uma consulta e o funcionário que a atendeu disse que só daqui a um mês. Então, a **conselheira Edileusa** falou: - que isso? Daqui a um mês? Que história é essa? Disse que têm 3 (três) Clínicas de Família e todas elas funcionam precariamente; que visita não se tem mais; que as pessoas estão largadas por ser área de risco. Que, embora seja área de risco, estavam lá, todos os dias, indo e voltando. E que essa é a desculpa que dão para os pacientes. Mães com crianças com febre acabam indo para o CR Leblon e graças a Deus o CR Leblon e o Hospital Miguel Couto sempre os atendeu. Informou que a Clínica da Família Maria do Socorro abrange 11 áreas da Comunidade da Rocinha. Disse que na sua área, Terreirão de Baixo, havia 3 médicos e que agora, tem dias que não aparece um médico sequer. Diante disso, têm que esperar um médico de outra equipe vir para cobrir aquela falta. Tudo isso porque a doutora foi dispensada, outros pediram para sair porque não querem ficar lá por ser área de risco e, infelizmente, quem fica prejudicada é a população. Disse que na área dela, a tuberculose não está controlada. Relatou que no dia anterior encontrou uma pessoa peregrinando vindo com tuberculose porque fizeram uma Unidade de Saúde e não fizeram o que precisavam - o saneamento básico, pois se o tivessem feito facilitaria a saúde naquele território e, por fim, dirigiu-se ao **conselheiro Geraldo Batista** e falou que as dificuldades não estavam somente na área dele; que era geral e que, infelizmente, quem quer é acabar com o SUS, de verdade. Aplausos. A seguir, o **conselheiro Jaciano Santiago**, representante do Secretário, reiterou o que foi solicitado lá e disse que, antes de tudo, ninguém se furtava de dar resposta aos pedidos de esclarecimento e que a Secretaria sempre esteve presente, pois já era a segunda ou terceira vez que entrava na pauta. Da outra vez estiveram presentes todos os técnicos para esclarecer todas as questões e que devido à amplitude de cada questão achou-se melhor dar maior detalhamento, que foi exclusivamente isso. Logo depois passou para o item sete da pauta: Informe da Gestão da Secretaria. Disse que o informe que trazia era com relação ao “Mutirão de Catarata”, que todos já deviam ter conhecimento dele através da divulgação feita pelas mídias. Informou que serão beneficiados um total de 16.318 (dezesesseis mil trezentas e dezoito) pessoas que estão na plataforma do Sistema de Regulação do Município até 18 de março de 2018. O mutirão se inicia no próximo dia 14 com uma oferta mensal de 2.000 (duas mil) cirurgias, além das 547 (quinhentas e quarenta e sete) que já são contratualizadas. O total com o mutirão é de 2.547 (duas mil quinhentas e quarenta e sete). As Unidades envolvidas desde o primeiro momento no mutirão são os prestadores privados. Após, passou-se para os Informes do Colegiado. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1)**, com a palavra, depois de cumprimentar a todos disse que sobre a questão do gerador, a Clínica da Família Rogério Pinto da Mota, em Realengo, foi inaugurada em dezembro de 2017 e, até hoje, está sem condições de funcionar porque a Light não liberou a luz e que, constantemente, envia ofícios ao Prefeito e ao Secretário. Porém, até o momento o problema não foi solucionado. A informação que tem da Light é que existe uma fatura para ser paga. Perguntou por que a Prefeitura não resolve isso. Quanto à questão dos recursos humanos, informou que na AP 5.1 não existe sequer uma Unidade, das quarenta que tem, que esteja com o quadro de recursos humanos completo. E que a cada dia que passa perdem mais profissionais. É de extrema necessidade que a Secretaria tranquilize o trabalhador informando-o do que se passa, se vão receber os salários porque ouvem coisas do tipo: o IABAS vai sair, a RioSaúde vai entrar, vai entrar a Cruz Vermelha. Depois se dirigem ao Conselho Distrital da AP 5.1 para perguntar sobre isso e como a Secretaria, o Prefeito ou a Gestão que não esclarecem nada fica sem saber o que responder. Em seguida, o **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de**

Saúde AP 5.2) cumprimentou a todos e disse que as ausências dele em reuniões passadas deveram-se ao fato de ter perdido a mãe. Que muitos naquele Plenário conheciam a lisura do seu trabalho e que alguns deles, por e-mail, questionaram as manifestações que houve sobre a questão da representatividade da 5.2 no Plenário. Falou que queria fazer um resumo dos fatos para que todos entendessem o que se passava na AP 5.2. Informou que soube que vieram ao Conselho Municipal e até estressaram a Comissão Executiva que ele (o conselheiro Mauro) foi eleito pelo Pleno da AP 5.2 e que estava havendo uma inversão de entendimento, dado que a Comissão Executiva da AP 5.2 não entende o que é eleição pelo Pleno e o que é ordem da Executiva, pois que são coisas distintas. Que foi eleito pelo Pleno da AP 5.2 juntamente com a atual presidenta e que ela não entendia isso. Então, quis deixar claro para todos, inclusive já falou na AP 5.2 que por parte da Comissão Executiva daquela área, não há lisura nenhuma, a começar pela documentação. Disse que tomaram uma série de decisões e o expurgaram da Comissão Executiva. Que, apesar de o país estar numa maré de coisas absurdas, fala de leis e que a lei ainda tem que prevalecer nesse país. Que existe uma Lei que rege o Conselho Municipal e os Conselhos Distritais que não estão soltos. Os Conselhos Distritais são parte intrínseca do Conselho Municipal de Saúde. Assim deve ser tratado porque se for ao Ministério Público vão responder os presentes, porém muito mais o Conselho Municipal de Saúde porque os Conselhos Distritais falam do Conselho Municipal de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro. Dirigindo-se a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde disse esperar contar com ela nessa questão triste e que tiveram inúmeros avanços no território sobretudo com o ex-Presidente Mateus e outros; que foi levado para o Conselho Distrital por esse presidente e pela senhora Cândida; que estão passando por esse triste momento de desentendimento com a atual presidenta; que o seu trabalho é brigar por políticas públicas e que poderiam buscar na mídia se o seu nome estava ligado à política partidária; que seu nome e seu trabalho estão pautados em políticas públicas mas que, infelizmente, havia gente usando o Conselho Distrital para trabalhar com política partidária e que isso não é comum e nem justo. E, ainda, quando a gente começa a falar de Brasília é preciso começar a olhar para si porque se não a gente acaba fazendo parte do mesmo todo, do lamaçal que vem lá de cima; que, infelizmente a presidenta não entende isso e que seria bom que todos soubessem que ela (a presidenta) chegou à AP 5.2 com pressão e ajuda das pessoas daquela área. Dirigindo-se a **presidente do Conselho Municipal de Saúde, senhora Fátima Lopes** disse esperar contar com eles (os conselheiros) porque não queria levar esse assunto para uma questão jurídica por achar ridículo, pífio, pois pediu por diversas vezes que ela enviasse a documentação em que ela (a presidenta da AP 5.2) disse que ele (o conselheiro Mauro) não participa e, também, que a Executiva deliberou. Por fim, disse que a presidenta da AP 5.2 não tem entendimento de uma coisa chamada LAI e que os presidentes conhecem muito bem que é a Lei de Acesso a Informação; que tudo o que é feito nos Distritais é de domínio público, todos têm que ter acesso; que ela fez uma série de arbitrariedades com a pessoa dele, indo a um plenário em que ele estava ausente, destituindo-o de um cargo que não foi ela quem o elegeu e, ao final, mandaram um representante que eles colocaram para o Conselho Municipal de Saúde para fazer uma série de questionamentos. Que contava com a Comissão Executiva do CMS/RJ para deliberar sobre essa questão e ratificava às palavras do **conselheiro Adelson Gunzburger** quando disse que a Comissão Executiva possa, também, ter um papel fundamental na questão, colocando lisura no processo, inclusive, se preciso, trazendo-o para o plenário, porque o Conselho Distrital é parte do Conselho Municipal. Agradeceu e foi aplaudido. A seguir, o **Secretário Executivo David Lima**, com a palavra, disse que recebeu algumas reclamações, inclusive, por parte do **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira** a respeito de todas as coisas

que vêm acontecendo no Conselho Distrital da AP 5.2, com relação a sua representação no Conselho Municipal de Saúde. Por isso, começaram a averiguar. Informou que foi marcada uma reunião com a Comissão Executiva do Conselho Municipal e a Comissão Executiva da AP 5.2; que foi encaminhado ofício para AP 5.2 solicitando o envio de diversos documentos como: documentação de entidades que entraram depois, ata da eleição da Comissão Executiva de 30 de novembro do ano passado (em que o secretário executivo esteve presente e que até hoje não foi encaminhada para a Secretaria do Conselho Municipal de Saúde), ofícios de comunicação à entidade do conselheiro Mauro André relativos à questão de faltas, comportamento, etc. Falou que no dia 17 de abril, terça-feira, a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde se reunirá para resolver a questão e assegurou que será resolvida dentro do que determina a Lei a qual todos se submetem e que toda entidade pode trocar a qualquer momento o seu representante no Conselho Municipal de Saúde, desde que cumpra as devidas situações legais envolvidas na substituição e que era justamente isso que têm o cuidado de verificar se foi feito lá. Após, a **Presidenta Fátima Lopes** deu por cumprida toda a pauta e deu por encerrada a reunião. Agradeceu e despediu-se. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezesseis horas e oito minutos e eu **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidenta deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Maria da Conceição Ramos de Carvalho

Maria de Fátima Gustavo Lopes

